



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

13 de fevereiro de 2018

Diário Catarinense e A Notícia Giro Financeiro "Seguro, seguridade e farinhas"

Seguro, seguridade e farinhas / João Rogério Sanson / Professor / UFSC /
Economia



Seguro, seguridade e farinhas

O orçamento da seguridade social inclui a previdência social junto com despesas assistenciais e de saúde. Mas, do ponto de vista econômico, elas se diferem entre si. Não deveriam a seguridade social e a previdência social terem orçamentos próprios, pelo menos nas discussões sobre a reforma da Previdência?

A assistência social envolve redistribuição de renda, com alguma participação do setor privado. Saúde e Previdência são serviços com equivalentes de mercado.

Para cada tipo de serviço, há fontes diferentes de financiamento. A assistência social pode ser feita voluntariamente pelas pessoas ou por meio do setor público com o devido pagamento compulsório de tributos.

A assistência social é um serviço que em geral não envolve contrapartida pelo beneficiado. Em vez disso, o retorno aparece como uma dada qualidade de vida escolhida pela sociedade para essa pessoa. Um exemplo é a ajuda de alimentação a pessoas vulneráveis.

Do mesmo modo, o acesso aos serviços de saúde providos publicamente não envolve pagamento direto e é de graça a qualquer pessoa que o demandar. Diferentes tipos de qualidade do serviço envolvem diferentes custos, bancados pelos tributos. Em contraste, no setor privado há cobrança individualizada pela prestação do serviço contratado.

No seguro de aposentadoria, o setor privado cobra de cada pessoa segurada. O valor do benefício recebido após a aposentadoria pode variar, assim como o preço correspondente.

O setor público também provê o seguro de aposentadoria, com a diferença de que sua contratação é compulsória. Preço e valor do benefício variam com o tipo de segurado.

Se celetista, há um teto máximo para a proteção, assim como para o preço, que aparece como desconto para o INSS. Se servidor público estatutário, o desconto é sobre o total do salário. O benefício igual ao último salário aplica-se apenas a esse grupo, que inclui os benefícios mais altos.

Por essa rápida descrição da seguridade, dá para ver que há cobrança direta pelos benefícios apenas para a previdência social. A assistência social tem natureza de redistribuição de renda. Na verdade, há componentes da previdência social com caráter assistencial, como são os benefícios a idosos vulneráveis e a grupos com baixo recolhimento para o INSS. Mas soa estranho considerar como parte da seguridade social a aposentadoria de servidores com altos benefícios.

O fato de o seguro de aposentadoria ser o único cobrado torna-o similar, do ponto de vista econômico, ao caso de bens e serviços vendidos pelo setor público. Em casos como o da Petrobrás, apenas o socorro financeiro ou a distribuição de lucros entram no orçamento público. Juntar Previdência e assistência social num só orçamento e numa mesma discussão de reforma é como se tudo fosse farinha do mesmo saco. Na verdade, são farinhas diferentes.

JUNTAR
PREVIDÊNCIA
E ASSISTÊNCIA
SOCIAL NUM SÓ
ORÇAMENTO E
NUMA MESMA
DISCUSSÃO DE
REFORMA É COMO
SE TUDO FOSSE
FARINHA DO
MESMO SACO

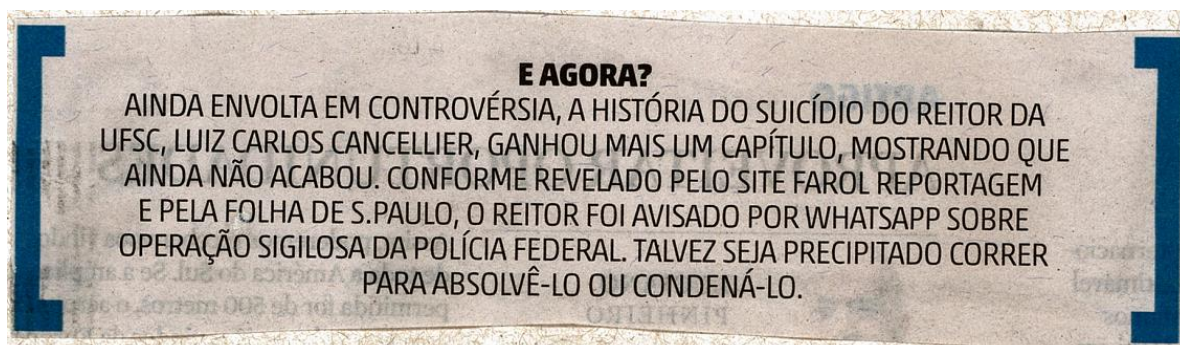
Notícias do Dia
Altair Magagnin
"Novo pré-candidato"

Novo pré-candidato / Professor / Rogério Portanova / Rede / Governo do Estado



Diário Catarinense
Marcelo Fleury
"E agora?"

E agora? / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Suicídio / Reitor / UFSC / Polícia Federal



Diário Catarinense
Carolina Bahia
"Consulta"

Consulta / Diretor-Geral / Polícia Federal / Fernando Segóvia / Reitor / UFSC / ADPF / Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal / Edvandar Paiva / Operação Ouvidos Moucos / Érika Marena / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Suicídio / Superintendência da PF em Sergipe

CONSULTA

Ao criticar a polêmica declaração do diretor-geral da PF, Fernando Segóvia, o presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF), Edvandar Paiva, falou no polêmico caso envolvendo o reitor da UFSC. Paiva reclamou que a delegada responsável pela Operação Ouvidos Moucos, Érika Marena, ainda não foi confirmada na superintendência da PF em Sergipe porque o ministro da Justiça, Torquato Jardim, aguarda manifestação dos familiares do reitor Luiz Carlos Cancellier. Alvo da operação, ele se suicidou em outubro do ano passado.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Obras do projeto Rotas Acessíveis são iniciadas na UFSC](#)
[Cartilha sobre violência doméstica do TJ-SC é traduzida para Libras pela UFSC](#)
[Morre ex-presidenta do Rotary Clube](#)
[Escolas das três redes de ensino se preparam para a volta às aulas nos próximos dias](#)